

Bancos: paciência está no fim

BEATRIZ GUIMARÃES
Especial para O Estado

NOVA YORK — As presenças do assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, e do diretor de Assuntos da Dívida Externa do Brasil, Antônio de Pádua Seixas, estão sendo aguardadas com grande expectativa pela comunidade bancária de Nova York, onde eles iniciam esta semana uma nova série de negociações com representantes dos bancos comerciais credores no edifício do Citicorp Center.

Na pauta de discussão está a retomada do pagamento dos juros da nossa dívida, suspenso em fevereiro e que até o dia 31 de dezembro atingirão US\$ 4,3 bilhões. Estas reuniões podem representar o fim da moratória decretada pelo ex-ministro Dilson Funaro ou o agravamento ainda maior das já tensas relações entre o governo brasileiro e os organismos

credores internacionais. Os analistas financeiros afirmam que a paciência dos bancos está quase no final e que é preciso que o Brasil apresente uma proposta séria desta vez, o que, na sua opinião, não aconteceu ainda desde o impasse criado com a moratória.

O clima desses encontros não deve ser muito favorável ao Brasil, que, segundo algumas fontes, já não é considerado um devedor confiável. Por outro lado, os atuais problemas políticos e econômicos do governo Sarney estão dando a impressão aqui de que a economia do País está realmente fora de controle, o que não contribui para o restabelecimento de relações normais sobre a dívida. O PMDB e seus líderes são pintados pela imprensa americana como um conglomerado de tendências diversas, sem uma linha única de ação ou conhecimento dos mecanismos que regem as finanças entre os países. No

entanto, uma coisa parece ser dada como certa: é absolutamente necessário que essas novas negociações tenham um resultado positivo, ou que pelo menos marquem a volta ao clima de boa vontade anterior a Funaro. Por uma razão muito simples: os empréstimos dos bancos americanos ao Brasil, atualmente listados na categoria **substandard**, serão rebaixados para o padrão **value intiret** — ou valor prejudicado —, na linguagem que classifica os empréstimos-problema.

Isso colocaria os créditos ao Brasil ao lado dos da Bolívia e Peru e, sem dúvida, dificultaria ainda mais as negociações, sem falar no que representaria para futuros empréstimos que o Brasil precisar. O pagamento simbólico de US\$ 400 milhões, já aceito pelo Brasil (ver acima), poderia evitar esse rebaixamento, mas ainda não se sabe se a medida vai ser aceita aqui.